

## Programas de Orientação a Família de Crianças Surdas: Estudo sobre a Realidade Brasileira\*\*\* Counseling Programs To Deaf Children's Families: A Brazilian Situation Study

Ana Patrícia Rodrigues Cursino de Sena\*  
Fátima Terezinha Hassan Deitos\*\*

---

### Resumo

O objetivo deste estudo foi caracterizar as abordagens e os procedimentos adotados nos programas de orientação a família de crianças surdas desenvolvidos nas instituições que prestam atendimento educacional e/ou terapêutico ao surdo no Brasil, no período de 1998/99. A amostra foi constituída por 94 instituições. O instrumento utilizado para a coleta dos dados foi um questionário padronizado, constituído de perguntas abertas e fechadas. Os resultados obtidos mostraram, na sua maioria, uma associação estatisticamente significativa entre as abordagens ou procedimentos adotados e a categoria institucional. Concluímos que a orientação familiar tem sido valorizada e colocada em prática em todas as instituições estudadas, sendo considerada um elemento imprescindível ao trabalho educacional e/ou terapêutico da criança surda.

**Palavras-chave:** criança surda, orientação familiar, distúrbios da comunicação, audiologia educacional, surdez.

### Abstract

The aim of this study was to characterize the approaches and the procedures used in the programs of counseling to deaf children's families, which were developed in institutions that give educational and/or therapeutic support to the deaf in Brazil, from 1998 to 1999. The sample was made of 94 institutions. A standard questionnaire was used to collect data, it was made of open and strict questions. The results showed, mostly, a statistically significant association among approaches or procedures used and sort of institution. It's possible to conclude that the family counseling has been valued and put into practice in all of the studied institutions, and it has been considered a crucial element of the educational or therapeutic work with the deaf children.

**Keywords:** deaf child, family counseling, communication disorders, educational audiology, deafness.

---

### 1. Introdução

O conhecimento da surdez é uma experiência traumática que pode alterar todo o estado funcional e emocional dos membros da família e, principalmente, dos pais. Diante desta constatação, ao se implementar um processo de intervenção educacional ou terapêutico para as crianças surdas, é fundamental propor, também, uma assistência voltada aos familiares, para que estes sejam auxiliados e preparados para enfrentarem a situação e tornarem-se participantes constantes e ativos do processo de desenvolvimento da criança.

Historicamente, a participação dos familiares no processo de habilitação e reabilitação da criança surda já vem sendo solicitada há algum tempo; porém essa participação tem sido modificada ao longo dos anos para melhor atender às necessidades educacionais, terapêuticas e familiares, assim como a sua atuação tem se intensificado mais recentemente.

Na década de 40, quando a educação do surdo era dirigida a crianças mais velhas, os pais já eram solicitados a treinar o filho em casa sob a orientação de um clínico ou professor de surdos. Nos anos 60, os programas de orientação familiar começaram a emergir, enfatizando a importância do envolvimento familiar no trabalho com a criança surda. A partir da década de 70, vários programas visando à habilitação precoce foram implantados, mostrando um rápido crescimento em quantidade, tendo os pais como elementos estimuladores da comunicação e instrumentos de inserção social da criança (Ficker, 1983; Novaes, 1989; Bevilacqua & Formigoni, 1997).

Observamos que, quanto mais a família estiver envolvida e adequada ao tratamento fonoaudiológico, melhor será o desenvolvimento da criança e, conseqüentemente, o seu

---

\* Mestre em Distúrbios da Comunicação Humana pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Docente do Curso de Graduação em Fonoaudiologia da Universidade de Fortaleza - UNIFOR. e-mail: patriciaac@unifor.br

\*\* Doutora em Psiquiatria pela Universidad Complutense de Madri. Professora Titular do Departamento de Neuropsiquiatria da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

\*\*\* Artigo extraído da dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Distúrbios da Comunicação Humana da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Rua: Carlos Gomes, 448 – Bairro de Fátima - Fortaleza-Ceará CEP: 60.040-230



prognóstico. A partir desse referencial, surgiu o interesse de conhecermos a realidade dos programas de orientação a família de crianças surdas desenvolvidos no Brasil.

Com base nessas considerações, este trabalho teve como objetivo caracterizar as abordagens e os procedimentos adotados nos programas de orientação a família de crianças surdas desenvolvidos nas instituições que prestam atendimento educacional e/ou terapêutico ao surdo no Brasil.

## 2. Metodologia

Para constituir o universo de estudo deste trabalho, diferenciamos as instituições voltadas ao surdo, segundo a sua natureza, em três categorias: escola especial, clínica-escola e associação de pais e amigos do deficiente auditivo (APADA). Para a delimitação da população, consideramos como escola especial aquelas instituições que trabalham com o sujeito surdo sem outros comprometimentos associados; como clínica-escola, as que atendem o surdo na disciplina de audiologia educacional dos cursos de graduação em Fonoaudiologia; e, como associação de pais e amigos do deficiente auditivo, as que são filiadas à Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos do Surdo.

Elaboramos um questionário padronizado, constituído de perguntas abertas e fechadas, para ser respondido por escrito e sem a presença do pesquisador, o qual foi remetido, via correio, para as instituições.

Inicialmente, realizamos um contato telefônico com as instituições educacionais e/ou clínicas, enviamos o questionário para cada uma delas e, aproximadamente uma semana após o envio do material, realizamos um novo contato telefônico para confirmar a sua chegada, quando necessário, fizemos nova remessa. Estabelecemos como tempo de espera

pelo retorno do questionário dois meses, contados a partir da data de postagem, por considerarmos tempo hábil para o seu preenchimento. Após esse período, quando não obtivemos resposta, realizamos novo contato telefônico para nos informar sobre o motivo da demora; quando necessário, tornamos a enviar uma nova remessa e aguardamos, pelo mesmo período de tempo, o seu retorno. Após o recebimento do questionário preenchido, enviamos a cada instituição um cartão de agradecimento. Esses procedimentos foram monitorados através de um mapa de controle.

A amostra deste trabalho foi constituída por 94 instituições, assim distribuídas: 59 escolas especiais, 25 clínicas-escolas e 10 associações de pais e amigos do deficiente auditivo.

Para a análise dos dados coletados, utilizamos a estatística descritiva e o teste não-paramétrico Qui-quadrado, levando em conta a natureza das distribuições das variáveis estudadas, de acordo com a sua ocorrência.

Para verificar possíveis associações entre as sessões de orientação familiar e a categoria institucional que realiza atendimento ao surdo no Brasil, no período de 1998/99, formulamos as seguintes hipóteses:

- hipótese nula – não há associação, com relação às variáveis estudadas, entre a escola especial, a clínica-escola e a associação de pais e amigos do deficiente auditivo;
- hipótese alternativa – há associação, com relação às variáveis estudadas, entre a escola especial, a clínica-escola e a associação de pais e amigos do deficiente auditivo.

Fixamos em 0,05 ou 5% (a £ 0,05) o nível de significância e assinalamos com um asterisco os valores estatisticamente significantes.

## 3. Resultados

**TABELA I –** Frequência de ocorrência do tipo das sessões de orientação familiar de 94 instituições que realizam atendimento ao surdo no Brasil.

TIPO DE SESSÃO	INSTITUIÇÃO							
	ESCOLA ESPECIAL		CLÍNICA - ESCOLAR		APADA		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Individual	0	0,00	2	8,00	2	20,00	4	4,26
Em grupo	4	6,78	1	4,00	3	30,00	8	8,51
Mesclada	55	93,22	22	88,00	5	50,00	82	87,23
TOTAL	59	100,00	25	100,00	10	100,00	94	100,00

$\chi^2$  CALC.\* = 10,79

$\chi^2$  CRÍT.. = 9,49

(GL=4,  $\alpha$  = 0,05)

P < 0,05



**TABELA 2** – Frequência de ocorrência da característica das sessões de orientação familiar de 94 instituições que realizam atendimento ao surdo no Brasil.

CARACTERÍSTICA	INSTITUIÇÃO							
	ESCOLA ESPECIAL		CLÍNICA - ESCOLAR		APADA		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Teórica	26	44,07	0	0,00	3	30,00	29	30,85
Prática	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Teórico-prática	33	55,93	25	100,00	7	70,00	65	69,15
TOTAL	59	100,00	25	100,00	10	100,00	94	100,00

$\chi^2$  CALC.\* = 16,88       $\chi^2$  CRÍT.. = 9,49      (GL=4,  $\alpha$  = 0,05)      P < 0,05

**TABELA 3** – Frequência de ocorrência de programação prévia das sessões de orientação familiar de 94 instituições que realizam atendimento ao surdo no Brasil.

PROGRAMAÇÃO PRÉVIA	INSTITUIÇÃO							
	ESCOLA ESPECIAL		CLÍNICA - ESCOLAR		APADA		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Sim	56	94,92	22	88,00	8	80,00	86	91,49
Não	3	5,08	3	12,00	2	20,00	8	8,51
TOTAL	59	100,00	25	100,00	10	100,00	94	100,00

$\chi^2$  CALC.\* = 2,52       $\chi^2$  CRÍT.. = 5,99      (GL=2,  $\alpha$  = 0,05)      P > 0,05

**TABELA 4** – Frequência de ocorrência dos procedimentos adotados nas sessões de orientação familiar de 94 instituições que realizam atendimento ao surdo no Brasil.

PROCEDIMENTO	INSTITUIÇÃO							
	ESCOLA ESPECIAL		CLÍNICA - ESCOLAR		APADA		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Exposição oral	59	100,00	25	100,00	10	100,00	94	100,00
Dinâmica de grupo	17	28,81	18	72,00	5	50,00	40	42,55
Estudo de textos	6	10,17	13	52,00	5	50,00	24	25,53
Debate	12	20,34	19	76,00	8	80,00	39	41,49
Apresentação de vídeo	7	11,86	12	48,00	6	60,00	25	26,60
Vivência	16	27,12	13	52,00	4	40,00	33	35,11
Outro(s)	0	0,00	1	4,00	0	0,00	1	1,06



TABELA 5 – Frequência de ocorrência dos critérios adotados na estruturação dos grupos de orientação familiar de 94 instituições que realizam atendimento ao surdo no Brasil.

CRITÉRIO ADOTADO (GRUPO)	INSTITUIÇÃO						TOTAL	
	ESCOLA ESPECIAL		CLÍNICA - ESCOLAR		APADA			
	n	%	n	%	n	%	n	%
Idade cronológica da criança	4	6,78	6	24,00	4	40,00	14	14,89
Grau da perda auditiva da criança	10	16,95	5	20,00	4	40,00	19	20,21
Desenvolvimento global da criança	30	50,85	8	32,00	5	50,00	43	45,74
Patologia fonoaudiológica	0	0,00	9	36,00	1	10,00	10	10,64
Grau de instrução dos familiares	6	10,17	2	8,00	2	20,00	10	10,64
Padrão Sócio-econômico dos familiares	0	0,00	0	0,00	1	10,00	1	1,06
Sem critério	3	5,08	1	4,00	0	0,00	4	4,26
Outro(s)	14	30,51	2	8,00	2	20,00	18	19,15

TABELA 6 – Frequência de ocorrência dos critérios adotados na escolha dos temas a serem abordados nas sessões de orientação familiar de 94 instituições que realizam atendimento ao surdo no Brasil.

CRITÉRIO ADOTADO (TEMA)	INSTITUIÇÃO						TOTAL	
	ESCOLA ESPECIAL		CLÍNICA - ESCOLAR		APADA			
	n	%	n	%	n	%	n	%
Desenvolvimento global da criança	50	84,75	23	92,00	5	50,00	78	82,98
Grau da perda auditiva da criança	32	54,24	12	48,00	3	30,00	47	50,00
Procedimento educacional	57	100,00	1	4,00	3	30,00	61	64,89
Procedimento terapêutico	37	62,72	25	100,00	8	80,00	70	74,47
Estado emocional dos familiares	48	81,36	23	92,00	6	60,00	77	81,91
Dúvida dos familiares	59	100,00	25	100,00	10	100,00	94	100,00
Outro(s)	1	1,69	3	12,00	0	0,00	4	4,26



**TABELA 7 –** *Frequência de ocorrência dos temas abordados nas sessões de orientação familiar de 94 instituições que realizam atendimento ao surdo no Brasil.*

CRITÉRIO ADOTADO (TEMA)	INSTITUIÇÃO							
	ESCOLA ESPECIAL		CLÍNICA - ESCOLAR		APADA		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Surdez	59	100,00	24	96,00	9	90,00	92	97,87
Aparelho auditivo	48	81,36	25	100,00	10	100,00	83	88,30
Tratamento	37	62,71	25	100,00	8	80,00	70	74,47
Comunicação	59	100,00	25	100,00	10	100,00	94	100,00
Educação	59	100,00	22	88,00	10	100,00	91	96,81
Profissionalização	42	71,19	12	48,00	8	80,00	62	65,96
Aspecto social	49	83,05	18	72,00	6	60,00	73	77,66
Sexualidade	32	54,24	8	32,00	3	30,00	43	45,74
Família	59	100,00	25	100,00	10	100,00	94	100,00
Outro(s)	4	6,78	0	0,00	0	0,00	4	4,26

**TABELA 8 –** *Frequência de ocorrência do sujeito que determina os temas a serem abordados nas sessões de orientação familiar de 94 instituições que realizam atendimento ao surdo no Brasil.*

SUJEITO	INSTITUIÇÃO							
	ESCOLA ESPECIAL		CLÍNICA - ESCOLAR		APADA		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Profissional	27	45,76	2	8,00	4	40,00	33	35,11
Familiar	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Profissional e familiar	32	54,24	23	92,00	6	60,00	61	64,89
TOTAL	59	100,00	25	100,00	10	100,00	94	100,00

$\chi^2$  CALC.\* = 11,63     $\chi^2$  CRÍT. = 9,49    (GL=4,  $\alpha$  = 0,05)    P < 0,05

#### 4. Discussão

Quanto ao tipo das sessões de orientação familiar oferecidas, observamos, através da Tabela 1, que na maior parte das escolas especiais (93,22%) e das clínicas-escolas (88%), assim como na metade das associações de pais e amigos do deficiente auditivo, as sessões são realizadas de forma mesclada (individual e em grupo). A aplicação do teste Qui-quadrado evidenciou uma associação estatisticamente significativa entre os tipos de sessões realizadas e a categoria institucional.

Constatamos que o resultado obtido neste trabalho é concordante com os estudos de Zepellini, Bonnafé & Pfeifer (1991), Holzheim et al (1997) e Funck et al (1998) que referem a sessão mesclada (individual e em grupo). No entanto, difere dos estudos de Almeida (1991), Carvalho & Pereira (1993), Harrison (1994) e Rizkallah & Garolla (1999) que priorizaram o trabalho de orientação em grupo.

Observando os dados da Tabela 2, quanto à característica das sessões de orientação familiar, verificamos que, em 55,93% das escolas especiais, em todas as clínicas-escolas e na maior



parte (70%) das associações de pais e amigos do deficiente auditivo, as sessões são realizadas de forma teórico-prática. A aplicação do teste Qui-quadrado evidenciou uma associação estatisticamente muito significativa entre as características das sessões de orientação familiar e a categoria institucional.

Encontramos referências quanto à utilização de subsídios teóricos e práticos nas orientações a família de crianças surdas em Zepellini, Bonnafé & Pfeifer (1991).

Autores como Carvalho & Pereira (1993), Holzheim et al (1997) e Funck et al (1998), especificaram, mais claramente, as atividades práticas desenvolvidas na orientação aos pais de crianças surdas.

Carvalho & Pereira (1993) comentaram a apresentação de vídeos gravados com as crianças em diferentes situações e atividades.

Holzheim et al (1997) e Funck et al (1998) salientaram a presença da família durante o atendimento à criança surda.

A Tabela 3 mostra que, na maior parte das escolas especiais (94,92%), das clínicas-escolas (88%) e das associações de pais e amigos do deficiente auditivo (80%), as sessões de orientação familiar são programadas previamente. A aplicação do teste Qui-quadrado não evidenciou uma associação estatisticamente significativa entre a programação estabelecida previamente e a categoria institucional.

Esse resultado coincide com o relatado por Zepellini, Bonnafé & Pfeifer (1991), que afirmaram programar previamente as sessões de orientação.

Conforme os dados apresentados na Tabela 4, os procedimentos utilizados nas sessões de orientação familiar nas escolas especiais, clínicas-escolas e associações de pais e amigos do deficiente auditivo são diversificados. Todas as instituições estudadas utilizam mais de um procedimento, porém o único procedimento presente em todas é a exposição oral.

Quanto aos procedimentos utilizados nas sessões de orientação, encontramos algumas referências, na literatura compulsada, que citam procedimentos semelhantes aos verificados no presente estudo.

A apresentação de vídeo foi verificada em Zepellini, Bonnafé & Pfeifer (1991) e Carvalho & Pereira (1993); a vivência em Holzheim et al (1997) e Funck et al (1998); a dramatização e a atividade lúdica em Zepellini, Bonnafé & Pfeifer (1991) e Funck et al (1998); a exposição oral, a dinâmica de grupo, o estudo de texto e o debate, em Zepellini, Bonnafé & Pfeifer (1991).

Verificamos, conforme os dados descritos na Tabela 5, que a maior parte (91,49%) das instituições adotam dois ou mais critérios para a estruturação do grupo de orientação familiar. O critério mais frequentemente levado em consideração nas escolas especiais (50,85%) e nas associações de pais e amigos do deficiente auditivo (50%) é o

desenvolvimento global da criança, enquanto nas clínicas-escolas (36%) é a patologia fonoaudiológica apresentada pela criança.

Com referência aos critérios adotados na estruturação do grupo de orientação à família, constatamos, na literatura compulsada, o trabalho de Zepellini, Bonnafé & Pfeifer (1991) que determinara a faixa etária e o nível de escolaridade da criança como critérios para formação dos três grupos de orientação desenvolvidos numa instituição educacional de São Paulo.

Conforme os dados apresentados na Tabela 6, quanto aos critérios adotados na escolha dos temas abordados nas sessões de orientação familiar, constatamos que quase a totalidade (89,94%) das instituições estudadas utilizam mais de um critério para escolha dos temas a serem abordados nas sessões de orientação; entretanto, o critério levado em consideração por todas as instituições estudadas é o de dúvidas dos familiares.

Na literatura compulsada, não foi encontrado nenhum estudo referente aos critérios adotados para a escolha dos temas abordados nas sessões de orientação a família de crianças surdas. Contudo, autores como Carvalho & Pereira (1993), Almeida (1997) e Holzheim et al (1997) ressaltaram a necessidade de se abordar as dúvidas dos familiares nas sessões de orientação.

Observando os dados quanto aos temas abordados nas sessões de orientação à família, na Tabela 7, verificamos que, durante a orientação, são discutidos assuntos diversificados, sendo os temas relacionados à comunicação e a família os mais abordados, estando presentes em todas as instituições estudadas.

Ao constatar a diversidade de temas abordados na orientação à família, confrontamos esse resultado com a literatura compulsada e observamos basicamente que os mesmos temas também são sugeridos nos trabalhos de Almeida (1991), Zepellini, Bonnafé & Pfeifer (1991), Sacaloski (1992), Carvalho & Pereira (1993), Almeida (1997), Bevilacqua & Formigoni (1997), Cárnio (1997), Holzheim et al (1997), Tavares (1997), Funck et al (1998), Ribeiro et al (1999) e Rizkallah & Garolla (1999).

Pudemos observar, através da Tabela 8, que os temas abordados nas sessões de orientação familiar são determinados pelo(s) profissional(is) e pelos familiares participantes, em 54,24% das escolas especiais, bem como na maior parte das clínicas-escolas (92%) e das associações de pais e amigos do deficiente auditivo (60%). A aplicação do teste Qui-quadrado evidenciou uma associação estatisticamente significativa entre quem determina os temas abordados na orientação e a categoria institucional.

Encontramos, na literatura especializada, alguns trabalhos que comentaram sobre quem determina os temas abordados



nas sessões de orientação. Entre esses trabalhos, o resultado do presente estudo foi semelhante apenas ao descrito por Holzheim et al (1997).

Almeida (1991) e Harrisson (1994) desenvolveram grupos de orientação em instituições educacionais, nos quais os conteúdos abordados eram determinados pelos familiares.

Sacalowski (1992), através de um estudo realizado com 40 mães de surdos, constatara que os temas abordados nas sessões de orientação foram determinados pelos profissionais.

Funck et al (1998) relataram o trabalho de orientação em grupo numa clínica-escola, no qual o planejamento das sessões fica a cargo do acadêmico de fonoaudiologia, partindo da observação do que ocorre em cada sessão de grupo, e ao psicólogo cabe verificar a clareza do planejamento, bem como a escolha e a forma de abordagem do tema proposto.

## 5. Conclusões

A partir dos resultados que obtivemos, visando caracterizar as abordagens e os procedimentos adotados nos programas de orientação a família de crianças surdas desenvolvidos em 94 instituições que realizam atendimento ao surdo no Brasil, concluímos que a orientação familiar tem sido valorizada e colocada em prática nas escolas especiais, nas clínicas-escolas e nas associações de pais e amigos do deficiente auditivo, sendo considerada um elemento imprescindível ao trabalho educacional e/ou terapêutico da criança surda; as abordagens e os procedimentos, na sua maior parte, apresentam uma associação estatisticamente significativa com a categoria institucional; os programas de orientação a família de crianças surdas adotados nas instituições estudadas estão diretamente relacionados ao(s) tipo(s) e nível(is) de assistência(s) desenvolvida(s) com a criança, ao enfoque que a instituição dá à participação dos pais e à disposição dos mesmos para tal.

Ao finalizar, cabe ressaltar que não consideramos o presente trabalho um estudo finalizado nem que o assunto tenha sido esgotado, já que o mesmo, por sua própria natureza, é influenciado pelas constantes transformações inerentes às instituições. Podemos afirmar, no entanto, que ele trouxe novos conhecimentos sobre as abordagens e procedimentos adotados nos programas de orientação a família de crianças surdas desenvolvidos nas escolas especiais, clínicas-escolas e associações de pais e amigos do deficiente auditivo, além de proporcionar uma reflexão sobre a realidade da orientação a família de crianças surdas no Brasil.

## 6. Referências

ALMEIDA, E. C. Grupo de mães de crianças deficientes auditivas:

o impacto do diagnóstico. *R. Dist. Comun.*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 199-209, 1991.

ALMEIDA, K. O processo de seleção e adaptação de aparelhos de amplificação sonora. In: LOPES FILHO, O. *Tratado de fonoaudiologia*. São Paulo: Roca, 1997. p. 415-436.

BEVILACQUA, M. C.; FORMIGONI, G. M. P. *Audiologia educacional: uma opção terapêutica para a criança deficiente auditiva*. Carapicuíba: Pró-Fono, 1997.

CÁRNIO, M. S. O surdo e o contexto educacional. In: LICHTIG, I.; CARVALHO, R. M. M. *Audição: abordagens atuais*. Carapicuíba: Pró-Fono, 1997. p. 290-303.

CARVALHO, J. M.; PEREIRA, M. C. C. O trabalho em grupo com pais de crianças deficientes auditivas. *R. Dist. Comun.*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 77-82, 1993.

FICKER, L. B. Alguns aspectos da comunicação entre mães ouvintes e crianças deficientes auditivas. 1983. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

FUNCK, M. A. O. et al. Relação entre a fonoaudiologia e a psicologia no acompanhamento ao portador de perda auditiva e a seus familiares. In: BEVILACQUA, M. C.; OROZIMBO FILHO, A. C. *Audiologia atual*. São Paulo: Frôntis, 1998. p. 97-105.

HARRISON, K. M. P. *A surdez na família: uma análise de depoimentos de pais e mães*. 1994. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

HOLZHEIM, D. C. P. M. et al. Família e fonoaudiologia: o aprendizado da escuta. In: LOPES FILHO, O. *Tratado de fonoaudiologia*. São Paulo: Roca, 1997. p. 415-436.

NOVAES, B. Hearing impaired children in São Paulo: knowledge and attitudes of mother regarding hearing impairment and early intervencion programs and implications for habilitation, 1986. Tese (Doutorado) - Teachers College, Columbia University, New York.

RIBEIRO, R. G. et al. Levantamento dos principais tópicos de orientação fonoaudiológica para os que interagem com a criança surda. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE AUDIOLOGIA, 14., 1999, Rio de Janeiro. *Anais...* São Paulo, 1999. p. 114.

RIZKALLAH, Z. Y.; GAROLLA, L. P. Atuação fonoaudiológica em uma nova perspectiva de educação especial: o trabalho com crianças surdas. *Pró-Fono*, Carapicuíba, v. 11, n.1, p.134-139, 1999.

SACALOSKI, M. *Deficiência auditiva: diagnóstico e conduta na visão dos pais*. 1992. Monografia (Especialização) - Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo.

TAVARES, S. Processo de seleção, indicação e adaptação de próteses auditivas na clínica-escola. In: LAGROTTA, M. G. M.; CESÁR, C. P. H. A. R. *A fonoaudiologia nas instituições*. São Paulo: Lovise, 1997. p. 76-80.

ZEPPELLINI, S. L.; BONNAFÉ, M. C.; PFEIFER, E. Orientação à família da pessoa portadora de deficiência auditiva. *Pró-Fono*, Carapicuíba, v. 3, n. 1, p. 13-18, 1991.